

DIAGNÓSTICOS DOS PROJETOS DE ESPORTE E LAZER DA CIDADE DE CANINDÉ-CE.

Maria Janaina Lustosa Souto; Elídia Coelho Bié; Francisca Edya Esteves de Lima; Kelly Abreu dos Santos; Andreyson Calixto de Brito.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE Campus Canindé/ Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (Rede CEDES)

janainaredecedes@gmail.com; elidiaredecedes@gmail.com; edyaredecedes@gmail.com;
kellyredecedes@gmail.com; andreyson_berimbau@hotmail.com.

Resumo do artigo: A referida pesquisa é fruto institucional da parceria entre o Ministério do Esporte (ME), Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS) e o Centro de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esporte e Lazer da Rede (CEDES). O estudo sobre a participação democrática nas Políticas Públicas de Esporte e Lazer da cidade de Canindé, buscou identificar espaços de discussões e decisões populares para implantação dessas políticas pela gestão pública no período de 2013 a 2016. O trabalho também pesquisou a existência ou não dessas ações. A coleta dos dados se deu através de um questionário aplicado por meio de uma entrevista semiestruturada, composto por 18 questões, direcionado ao gestor da secretária municipal de esporte e lazer, após a entrevista foram realizadas visitas aos locais que receberam os projetos citados na entrevista. Identificamos que foram desenvolvidos apenas dois projetos sociais relacionados ao esporte e lazer e que não houve a participação da população na construção e alocação desses projetos. É necessário que haja planejamento e organização para captação de recursos financeiros e materiais já que estes são dois dos principais problemas elencados pelo gestor entrevistado. É importante levar em consideração os valores sociais conferidos ao esporte e ao lazer, onde podemos observar que eles não receberam a devida atenção dentro da gestão citada. A participação popular é de fundamental importância para a implantação, desenvolvimento e êxito dos projetos propostos pela gestão municipal, atendendo assim as necessidades e anseios da comunidade por esse tipo de ações sociais.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Gestão, Esporte, Lazer.

INTRODUÇÃO

No censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a cidade de Canindé comportava um número de 74.473 pessoas, atualmente a estimativa é de 77.215 pessoas em 2017, sendo que desse total, cerca de 21.243 são de crianças e adolescentes com idade entre 0 à 14 anos, enquanto 44.335 são as pessoas com idade entre 15 à 59 anos, já os idosos a partir dos 60 anos somam um total de 8.895. De forma que, numa cidade com essa quantidade de pessoas é importante que haja práticas de esporte e lazer, voltados para esse público respeitando a faixa etária.

Segundo Oliveira (1982), a brincadeira é valorizada, a estrutura do jogo é alterada, a ideia de multiplicidade aparece com frequência, bem como a diminuição do preconceito entre piores ou melhores. O que caracteriza o esporte e o lazer como sendo uma busca de

divertimento, prazer e sociabilidade, fatores típicos que são incorporados no esporte.

Assim como a educação, saúde e segurança, o Esporte e Lazer também são direitos sociais previstos na constituição desde 1988. Todas as esferas da federação seja, municipal, estadual ou federal devem garantir acesso as praticas esportivas e de lazer. Assim como está previsto na constituição “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, e incentivando o lazer, como forma de promoção social.”(BRASIL, 1988)

De acordo com Marcellino (2001, p.1):

Esporte e Lazer, a partir da constituição de 1988, passaram a ser direitos de todos os cidadãos brasileiros. Isso é assegurado também, praticamente, em todas as constituições estaduais e leis orgânicas de municípios brasileiros.

O presente trabalho é um estudo sobre participação democrática nas Políticas Públicas de Esporte e Lazer na cidade de Canindé-CE, desenvolvido no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – Campus Canindé, através do grupo de estudos Centro de Investigação em Políticas Públicas de Atividade Física, Esporte e Lazer (CIPAFEL), vinculado ao Ministério do Esporte (ME), Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS) e apoiado pela Rede CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer), núcleo Rede CEDES Ceará.

Esta pesquisa segue dois dos objetivos específicos do Núcleo Rede CEDES Ceará, que se propõe identificar espaços de discussões e decisões populares para implantação de políticas de esporte e lazer promovidos pela gestão pública e identificar as ofertas desportivas e de lazer desenvolvidas no município na gestão de 2013 à 2016 na cidade de Canindé-Ceará.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica desenvolvida nesse estudo é definida como qualitativa, quantitativa e exploratória. Torna-se qualitativa e quantitativa, pois apresenta dados que podem ser analisados das duas maneiras. Segundo Gil (2002), pesquisas exploratórias tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explicito ou a construir hipóteses, incluir levantamento bibliográfico e entrevista.

O estudo trata-se de um tipo descritivo, que tende a buscar informações, descrever, analisar e relacionar fatos ou fenômenos sem

manipula-los. Gil (2002, p. 42), ressalta que o estudo descritivo tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno.

Para se informar sobre a existência de projetos de esporte e lazer, sobre o desenvolvimento, planejamento e seus objetivos, marcamos uma entrevista na secretária de esporte. A coleta dos dados se deu através de um questionário aplicado por meio de uma entrevista semiestruturada, composto por 18 questões, direcionado ao gestor da secretária municipal de esporte e lazer. Após a entrevista foram realizadas visitas aos locais que receberam os projetos citados na entrevista afim de acompanhar os projetos e listar as atividades desenvolvidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na discussão desse trabalho será relacionado às questões levantadas no decorrer desse estudo com o referencial teórico, no qual essa pesquisa se apoia. Após a coleta e análise dos dados podemos identificar e discutir sobre a democracia participativa da população e as políticas públicas de esporte e lazer da cidade, relacionando e comparando com outros estudos que possuem objetivos semelhantes.

Dessa forma, de acordo com o questionário aplicado, obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 01: Projetos, quantas pessoas atende e publico alvo.

PROJETOS SOCIAIS DE ESPORTE E LAZER		
Atende		Público Alvo
Mais Educação	3.060	Crianças e Adolescentes
Segundo Tempo	2.500	

Podemos perceber que no decorrer da gestão municipal do mandato dos anos de 2013 a 2016, foram desenvolvidos na cidade dois projetos de esportes e lazer, que foram o Mais Educação¹ e o Segundo Tempo², com publico alvo voltado para crianças e adolescentes, sendo que o Mais Educação atendeu um total de 3.060 pessoas e o Segundo Tempo atendeu 2.500. Esses projetos foram realizados nas escolas do município, planejados para que os

¹ Disponível em: <http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/ouvidoria/87-pagina-inicial-servicos/desenvolvimento-da-escola/978-programa-mais-educacao>. Acesso em: 05 de setembro de 2017.

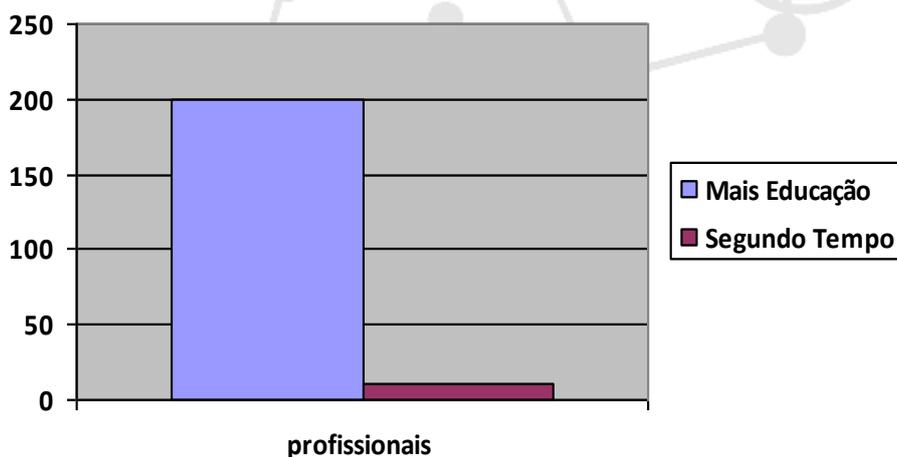
² Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo/>. Acesso em: 05 de setembro de 2017.

alunos participassem no horário contrário da sua hora de aula. Os quais são executados apenas na zona urbana, de forma que a comunidade rural e os distritos próximos não são ofertados com esses projetos.

Podemos observar hoje o esporte agindo como transformador dos valores contemporâneos, onde Dumazedier (1979) chamava de esporte participação, hoje denominado como esporte de lazer. A prática cotidiana do esporte de lazer cresceu devido à projeção do lazer enquanto elemento intrínseco à atividade humana, transformando as práticas esportivas no tempo livre em entretenimento, diversão, bem estar e qualidade de vida. Almeida e Gutierrez (2004), aponta a valorização dos jogos populares, a ampliação do conceito de prática esportiva, as atividades de ruas e os projetos culturais como fatores determinantes da mudança do olhar no esporte brasileiro.

Segundo Almeida e Gutierrez (2004), o lazer associa-se ao bem estar social e a qualidade de vida. Fazendo-se necessário a construção de espaços que promovam o lazer, levando a população a exigir além de estádios de futebol ou quadras, equipamentos multifuncionais, espaços livres onde a pessoa pratique e não fique como espectador passivo (HAAG, 1984). Mas mesmo com todas as exigências da população e todos os estudos que mostram a importância das práticas esportivas de lazer, vemos nesse estudo que na realidade não há projetos sociais suficientes que atendam toda a população.

Gráfico 01: Quantos profissionais atuam em cada projeto.



O gráfico a cima, identifica os dois projetos que foram realizados durante a gestão de 2013 a 2016. O Mais Educação contratou cerca de 200 profissionais e o Segundo Tempo apenas 10 profissionais.

Segundo o secretário de esporte, os profissionais que atuaram no Mais Educação, são selecionados por meio de edital, já no Segundo Tempo os profissionais são indicados. O mesmo afirma que todos são da própria comunidade e efetivam a seleção por meio de contrato. Sendo que nessa seleção não é critério de aprovação ser formado na área de Educação Física, alguns desses não possuem nenhuma formação superior. De acordo com Capinussú (2005), para exercer um cargo de gestor desportivo é imprescindível dispor de uma formação ampla e continuada na área de educação física, afim de melhor exercer sua função. Azevedo (2009), fala que o ato de indicação política é preocupante, devido muitos dos indicados não possuírem formação adequada para assumirem os cargos.

De acordo com o questionário, o secretário respondeu que os recursos financeiros que custeiam esses projetos são de âmbito municipal, no entanto, através de pesquisas constatamos que o Segundo Tempo é um Programa Estratégico do Governo Federal, que tem por objetivo democratizar o acesso à prática e a cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social. De forma que, para trazer esse programa para o município, o mesmo deve realizar parceria com o ministério de esporte. Já o Mais Educação é um Programa Federal criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, o qual busca aumentar a oferta educativa nas escolas publicas por meio de atividades optativas que foram agrupadas em macrocampos, como acompanhamentos pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, comunicação, educação científica e educação econômica. De forma que, o município também deve realizar parceria com o governo do estado, onde o recurso é enviado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, FNDE, PDE Educação Integral, as escolas e para a conta da Unidade Executora, de acordo com as atividades e quantitativo de alunos informado pela escola.

Dessa forma, entendemos que ou o secretário não tinha conhecimento de como funcionou a implantação desses programas na cidade ou ele teve a intenção de adulterar os dados da pesquisa.

De acordo com o secretário, a população não foi consultada sobre a implantação desses programas na comunidade, foi apenas divulgado nas redes sociais, mas não houve a participação da população durante o planejamento e implantação.

Segundo o relato do secretário, as maiores dificuldades na execução desses projetos são devido aos recursos financeiros e aos materiais para serem utilizados durante as atividades.

Assim, conforme acabou o contrato, que teve duração de 36 meses, os programas encerraram-se na cidade.

Ao analisarmos esses dados, vimos que por parte da secretaria de esporte e lazer da cidade não houve empenho em desenvolver na cidade projetos ou programas sócias de esporte e lazer, os quais fossem acessíveis nos bairros e nas comunidades rurais próximas. Sendo que no decorrer desses quatro anos os projetos sociais se resumiram em apenas dois programas de esporte e lazer, os quais são voltados para as escolas, de muita importância para as crianças e adolescentes, mas de uma forma geral não atende a demanda da cidade.

O secretário de esporte e lazer, em exercício na gestão de 2013 a 2016 possui formação superior na área Educação Física, no entanto nem todos os profissionais que são selecionados para trabalharem nesses programas possuem formação nessa área, alguns são apenas indicados por amizade, outros passam por um processo de seleção, a qual não exige formação superior na área. Ou seja, qualquer pessoa que tenha interesse ou amizade, pode trabalhar nesses programas. Segundo Zingoni (2003), isso acontece normalmente por que não é dada a devida importância aos setores de esporte e lazer, sendo que em muitos municípios até os próprios gestores são indicados aos seus cargos.

De acordo com Guimarães (2009), a atuação desses profissionais tanto dos gestores, quanto dos professores é um elemento essencial para o bom desenvolvimento desses projetos. Os problemas relacionados as políticas publicas de esporte e lazer são atribuídas a falta de qualificação desses profissionais, fator que dificulta na atuação deles de desenvolver, inovar e gerir ações que atendam as necessidades da sociedade.

Assim, esses profissionais muitas vezes não conseguem desenvolver e implantar da melhor maneira esses projetos nas comunidades, de forma que não alcançam os resultados desejados. Muitas vezes não atingem a quantidade de publico esperada ou no decorrer do projeto há grande evasão, isso ocorre porque esses profissionais não são capazes de esclarecer a importância desses projetos, não transmitem o sentido das atividades.

Participação democrática nas Políticas Públicas de Esporte e Lazer, um fator importante no desenvolvimento e na implantação dos projetos sociais de esporte lazer, pois ninguém melhor do que a própria população conhece a realidade de sua comunidade, podendo contribuir diretamente na construção desses projetos, adequando eles de acordo com sua demanda. Mas como vimos nos dados coletados, a população se quer foi comunicada sobre a implantação desses programas, no máximo foram comunicados os pais das crianças que seriam ofertadas a participarem desses projetos.

Existe a política nacional do esporte, a qual possui objetivos, princípios, diretrizes e ações estratégicas, as quais são importantíssimas na concretização das políticas públicas desse setor. A mesma possui oito diretrizes, que servem como base para o desenvolvimento das ações destinadas ao esporte e lazer. Ou seja, é necessário que haja canais de diálogo entre governo, entidades esportivas e sociedade civil, visando interação e colaboração durante o planejamento, desenvolvimento e implantação dos projetos sociais de esporte e lazer nas comunidades.

CONCLUSÕES

Ao finalizar a análise dos dados, identificamos que durante a gestão de 2013 a 2016 foram ofertados poucos projetos sociais de esporte e lazer, estes atendiam apenas uma pequena porcentagem da população da zona urbana. No entanto, acreditamos e defendemos a ideia de projetos que estejam inseridos nas comunidades, acessíveis a todos, independente da faixa etária como uma opção de diversão, lazer e entretenimento.

Levando em consideração os valores sociais conferidos ao esporte e ao lazer, podemos observar que eles não receberam a devida atenção dentro dessa gestão. Pois não houve empenho, nem interesse em dialogar com as comunidades e estudar as demandas, a fim de ofertar de maneira satisfatória projetos que atendessem a comunidade. Talvez o pouco interesse por parte do gestor em conhecer a realidade da localidade e atuar entre as adversidades presentes em cada bairro, pode ter gerado o número reduzido de projetos e com pouca adesão. Com isso, apontamos o quanto é importante que o gestor e os profissionais desses projetos possuam formação na área, que sejam proativos e dedicados às suas funções, podendo desempenhar melhor o seu papel.

É necessário que haja planejamento e organização para captação de recursos financeiros e materiais já que estes são dois dos principais problemas elencados pelo gestor entrevistado. A participação popular é de fundamental importância para a implantação, desenvolvimento e êxito dos projetos propostos pela gestão municipal, atendendo assim às necessidades e anseios da comunidade por esse tipo de ações.

É necessário fortalecer as políticas públicas de esporte e lazer, para que as mesmas estejam presentes no município atendendo os direitos da sociedade, abrindo portas para que a comunidade possa participar das decisões. A participação da população nas decisões sobre políticas públicas de esporte e lazer seria mais uma possível solução para os problemas de desenvolvimento de projetos nessas áreas.

É importante incentivar estudos científicos voltados a essa problemática no sentido de entender o desenvolvimento de políticas públicas de esporte e lazer, a fim de entender como são construídos esses projetos, como se dá a participação democrática da população no desenvolvimento e implantação desses projetos, como funciona a atuação dos gestores e a competência dos profissionais que os assumem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco e GUTIERREZ, Gustavo. **Políticas Públicas de lazer e qualidade de vida**. In: VILARTA Roberto (Org). *Qualidade de vida e políticas públicas*. Campinas: IPES editorial, 2004.

AZEVEDO, Aldo Antônio (Org.). **Torcedores, Mídia e Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Distrito Federal**. Brasília: Thesaurus, 2008.

AZEVÊDO, Paulo Henrique. **O Esporte como Negócio: uma visão sobre a gestão do esporte nos dias atuais**. Estudos, v. 36, n. 5, p. 929-939, 2009.

GIL, A. C. (2002) **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4°. ed. São Paulo: Atlas S/A.

BRASIL. **Ministério do Esporte. Programa Segundo Tempo**. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo/>. Acesso em: 05 de setembro de 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.asp.

Acesso em: 10 de outubro de 2017.

BRASIL. **Secretaria da Educação, Governo do Estado do Ceará. Programa Mais Educação**. Disponível em: <http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/ouvidoria/87-pagina-inicial-servicos/desenvolvimento-da-escola/978-programa-mais-educacao>. Acesso em: 05 de setembro de 2017.

BRASIL. **IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2017**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=230280>. Acesso em: 05 de setembro de 2017.

BRASIL. **IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/educacao.php?lang=&codmun=230280&search=ceara|canin de|info%EDculas-por-n%EDvel>. Acesso em: 05 de setembro de 2017.

CAPINUSSÚ, José Maurício. **Formação de recursos humanos e a necessidade de uma administração desportiva moderna capaz de influir de forma positiva no desempenho da equipe e do atleta.** Arquivos em Movimento, v. 1, n. 1, p. 87-93, 2005.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia Empírica do Lazer.** Tradução: Silvia Mazza e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva/SESC, 1979.

HAAG, Hebert. **“Educação para o lazer em modelo de referência para pesquisas curriculares específicas da educação física”.** In: Esporte de lazer tarefa e chance para todos. Tradução: Maria Lenk. Rio de Janeiro: 1984.

LINHALES, Meily Assbú. **São as políticas públicas para a educação física/ esportes e lazer, efetivamente políticas sociais?** Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/4987/20401> . Acesso em: 10 de setembro de 2017.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do Lazer: uma introdução.** Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Esporte e Lazer: Políticas Públicas,** 2ª ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

OLIVEIRA, Paulo. **Brinquedos artesanais & expressividade cultural.** São Paulo: SESC-CELAZER, 1982.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das Políticas Públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** AATR, Salvador, 2002.

ZINGONI, Patrícia. Descentralização e participação em gestões de esporte e lazer. In: WERNECK, Christianne Luce; ISAYAMA, Eldér Ferreira (Org.). **Lazer, recreação e Educação Física. Belo Horizonte:** Autêntica, 2003.

ZINGONI, Patrícia. **Políticas Públicas participativas de esporte e lazer: da congestão à co-gestão.** Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/4985/20399>. Acesso em: 10 de setembro de 2017.